

# **Estado desenvolvimentista, nacionalismo e liberalismo**

Luiz Carlos Bresser-Pereira

Trabalho apresentado à reunião anual da Sociedade Brasileira de Ciência Política, Gramado, agosto de 2012. Segunda versão, ainda provisória, setembro de 2012.

Nos anos os cientistas políticos e os economistas brasileiros identificaram como “desenvolvimentismo” o conjunto de ideias políticas e de estratégias econômicas que orientavam a industrialização acelerada do Brasil e a coalizão de classes identificadas com o desenvolvimento nacional. Hélio Jaguaribe (1962: 208) afirmava no início dos anos 1960 que “a tese central do nacionalismo desenvolvimentista é a de que a promoção do desenvolvimento econômico e a consolidação da nacionalidade constituem dois aspectos correlatos do mesmo processo emancipatório”. Através do nacional-desenvolvimentismo a sociedade brasileira estava superando o Estado cartorial que caracterizara a política brasileira até 1930 tendo como instrumento um Estado desenvolvimentista. Outros países da América Latina, em particular o México, e países asiáticos como Coreia do Sul, Taiwan e Singapura cresciam adotando uma estratégia desenvolvimentista apoiada, no plano teórico, em uma combinação da teoria estruturalista do desenvolvimento com a macroeconomia keynesiana. Esses países combinavam intervenção do Estado com um setor privado dinâmico, tomando como modelo o Japão. No início dos anos 1980, Chalmers Johnson (1982), buscando compreender o extraordinário desenvolvimento econômico desse país, denominou o Estado japonês, “Estado desenvolvimentista”.<sup>1</sup> Entretanto, não obstante o extraordinário êxito desses países e a responsabilidade fiscal que geralmente acompanhou essas experiências, a partir dos anos 1980, durante os 30 Anos Neoliberais do Capitalismo (1979-2008) a palavra desenvolvimentismo tornou-se pejorativa, tornou-se sinônima de irresponsabilidade ou populismo fiscal. Esta manobra retórica fazia parte da afirmação da nova hegemonia neoliberal e neoclássica, mas tinha algum fundamento. De fato, desde o final dos anos 1970, diante da crise causada pelo segundo choque do petróleo, vários países latino-americanos recusaram-se a realizar o ajustamento macroeconômico necessário e praticaram o populismo em nome de um keynesianismo vulgar e equivocado. Mas, apesar dos erros desenvolvimentistas e do ataque neoliberal, o conceito e as ideias relativas ao desenvolvimentismo não morreram. ### Assim, nos anos 2000, na medida em que as políticas e reformas neoliberais não cumpriram as promessas e implicaram crescimento lento, alta instabilidade financeira e forte aumento das desigualdades, elas voltaram à tona e se tornaram objeto de crescente atenção nos países em desenvolvimento. Ainda que o

---

Luiz Carlos Bresser-Pereira é professor emérito da Fundação Getúlio Vargas. Agradeço os comentários de Lilian de Toni Furquim.  
bresserpereira@gmail.com. [www.bresserpereira.org.br](http://www.bresserpereira.org.br)

desenvolvimentismo tenha um forte conteúdo de política econômica, este trabalho o discutiremos do ponto de vista político. Nosso objetivo é relacioná-lo com as duas ideologias centrais das sociedades capitalistas avançadas – o liberalismo e o nacionalismo; é entender o que é o Estado desenvolvimentista.

As revoluções capitalistas e o desenvolvimento econômico geralmente começam em cada sociedade com a revolução comercial e se completam com a formação do Estado-nação e a revolução industrial. No processo histórico de construção dos Estados-nação nacionalismo e liberalismo foram as duas ideologias centrais. O nacionalismo foi a ideologia das burguesias nacionais que, associadas ao seu monarca absoluto, realizavam sua revolução nacional e capitalista. Já o desenvolvimentismo tornou-se a ideologia e estratégia nacional de desenvolvimento dos países retardatários quando buscaram realizar sua revolução nacional e industrial e realizarem o alcance dos níveis de desenvolvimentismo dos países que realizaram originalmente sua revolução nacional e industrial, ou, em uma palavra, sua revolução capitalista.

No processo histórico do desenvolvimentismo podemos distinguir os países “de desenvolvimento original” e os “retardatários”. Foram países de desenvolvimento original aqueles países que realizaram sua revolução nacional e industrial inicialmente, enquanto foram ou são retardatários aqueles que para se desenvolver tiveram que enfrentar o novo imperialismo industrial os primeiros. Alguns países retardatários, como o Japão e a Coreia do Sul, são hoje ricos, outros são países de renda média ou então são países pobres. Estado Tanto nos países de desenvolvimento original como nos países retardatários que já alcançaram a condição de renda média, o Estado foi seu instrumento por excelência desse desenvolvimento. Como definir esse Estado? Como relacioná-lo com o nacionalismo e com o liberalismo? Essas são algumas perguntas que queremos discutir neste artigo. Perguntas para as quais adiantamos uma resposta: o nacionalismo é constitutivo da nação, o liberalismo, do mercado, e o desenvolvimentismo, constitutivo do desenvolvimento econômico. Quando falamos neste trabalho em liberalismo, estamos nos referindo ao liberalismo econômico; existe um liberalismo político entendido como afirmação dos direitos civis ou das liberdades, que hoje são valores universais, como existe também um socialismo entendido como afirmação dos direitos sociais que são igualmente valores universais.

## **Nação e Estado**

As sociedades antigas se estruturaram politicamente e ocuparam o território, primeiro, sob a forma de tribos e clãs, depois, quando já produziam um excedente econômico, através de impérios e cidades-Estado, e, finalmente, já no quadro do capitalismo, sob a forma de Estados-nação ou países. Assim, em termos de ocupação política do território, os impérios são as unidades político-territoriais próprias das civilizações antigas, enquanto que os Estados-nação, as unidades político-territoriais coerentes com o capitalismo.

No quadro de cada Estado-nação, por sua vez, as sociedades modernas ou capitalistas se organizam politicamente sob a forma de nação ou de sociedade civil,

e a partir delas se relacionam com o Estado e procuram influenciar sua constituição e suas leis. A nação é a sociedade que compartilha uma história e um destino comum, tem um território como domínio, e um Estado como instrumento fundamental de coordenação e de ação coletiva. Em princípio, a nação constrói seu Estado – constrói seu sistema constitucional-legal e a administração pública que o garante. Definido nesses termos, o Estado é a instituição maior de cada sociedade; é o instrumento de ação coletiva por excelência da nação e da sociedade civil. É através dele – de seu sistema político, de suas leis, e de sua administração pública – que nação e sociedade civil buscam alcançar os grandes objetivos políticos das sociedades modernas. O Estado-nação, por sua vez, é a unidade político-territorial constituída por uma nação, um território e um Estado.

No processo histórico de construção do Estado, nos países de desenvolvimento original, a primeira forma de Estado moderno foi o Estado Absoluto ou Mercantilista; sucedeu-o o Estado Liberal; depois o Estado Liberal-Democrático; e finalmente, na Europa hoje, o Estado Democrático Social. Os primeiros países a fazerem sua revolução capitalista a realizaram no quadro do Estado Mercantilista. Já nos países retardatários, e, em particular, nos países latino-americanos que realizaram sua revolução nacional e industrial no século XX, não houve nem um Estado absoluto, nem liberal, mas um Estado oligárquico.

Quando, a partir dos anos 1930, lograram realizar sua revolução capitalista, esta ocorreu no quadro de um Estado Desenvolvimentista, com base em uma coalizão política de classes desenvolvimentista. Em cada país ou Estado-nação sua sociedade e as diversas classes e grupos sociais que a compõem encontram meios de influenciar e controlar o Estado. Em momentos de crise interna as classes sociais podem apresentar um caráter unitário e o conflito entre elas se tornar determinante; em momentos de crise externa e de guerra, é a nação que se torna uma. Nas situações normais, as sociedades se dividem em frações de classe e se organizam e coalizões – por exemplo, capitalistas mercantis e capitalistas industriais, ou capitalistas rentistas x empresários, ou tecnoburocracia pública e tecnoburocracia privada, ou trabalhadores urbanos e rurais – e se organizam politicamente sob a forma de coalizões de classe ou pactos políticos. Os quais podem ser progressistas ou conservadores, ou, do ponto de vista econômico, desenvolvimentistas ou liberais. O processo de construção política e social do Estado e da própria sociedade acontece, assim, através de um complexo sistema de lutas políticas através das quais se definem os grandes valores e objetivos nacionais, os direitos de cidadania (civis, políticos, sociais e republicanos), e a organização do Estado. Além de se expressar nas classes e nas coalizões de classe, a relação entre sociedade e Estado nas sociedades complexas e plurais do nosso tempo se expressa nas ideologias, nas coalizões partidárias, nos lobbies das diversas organizações corporativas da sociedade, na advocacia política das organizações de responsabilização social, e no debate público.

### **Formas históricas do Estado**

O nacionalismo é a ideologia da formação do Estado-nação, o liberalismo, a ideologia da construção do mercado. Para a burguesia nacionalista o Estado foi originalmente instrumento fundamental do processo de acumulação de capital,

mas, ao mesmo tempo, essa burguesia era também liberal no plano político, e se organizava para enfrentar e estabelecer limites necessários ao poder do Estado, e liberal no plano político, buscando a liberdade de comércio, não obstante a alta burguesia houvesse sido beneficiada pelo Estado mercantilista. Um pouco mais adiante, quando o problema é colocado pela Revolução Francesa, a classe capitalista se oporá à democracia ou ao sufrágio universal que os trabalhadores e as classes médias demandavam com o argumento da “ditadura da maioria” – a suposição que no momento em que todos os pobres ou todos os trabalhadores tivessem direito de votar eles a expropriariam. Foi necessário um século de luta ideológica pela democracia e de experiência de que os pobres não se propunham a implantar o socialismo assim que fossem maioria para que esse temor perdesse significação política e a democracia pudesse ser implantada: na virada do século XIX para o XX, bem depois de completada a revolução nacional e industrial de cada país hoje desenvolvido, os pobres, os trabalhadores e os intelectuais de classe média republicanos afinal venceram a luta pelo sufrágio universal, e os regimes políticos puderam ser chamados de democráticos. Surgia, assim, o Estado democrático, que, no século XX se transformará também em valor universal. Mas em cada país implantou-se uma democracia de elites ou liberal: uma democracia schumpeteriana porque semelhante àquela proposta por Joseph Schumpeter (1940): uma democracia na qual as elites políticas e econômicas são eleitas pelo povo mas não precisam lhe prestar contas. Uma democracia que garantia o direito universal de votar e ser votado, mas limitava o papel do Estado na garantia da propriedade e dos contratos, e o papel dos cidadãos de votar periodicamente. Entretanto, na medida em que o Estado se tornava democrático ao garantir o sufrágio universal, o Estado não podia parar aí. O Estado tornou-se democrático-liberal. E é ainda assim nos Estados Unidos. Apenas depois da Segunda Guerra Mundial, despesas em amplos serviços sociais passaram a ser condição da legitimidade popular do Estado, e formou-se, assim, o Estado do bem-estar social. Foi esse um avanço significativo do ponto de vista da afirmação dos direitos sociais. Enquanto o Estado Liberal garantia apenas os direitos civis, e o Estado democrático liberal garantia apenas os direitos políticos de votar e ser votado, o Estado do bem-estar social garantirá os direitos aos cuidados de saúde, à educação fundamental, a uma velhice segura, e à assistência social.

Este extraordinário desenvolvimento da sociedade e do Estado não aconteceu pacificamente. Desde o século XVII até o XX os países hoje ricos estiveram empenhados em guerras para definir suas fronteiras, porque a ampliação do território nacional fazia parte da formação do Estado-nação e era uma condição necessária para a industrialização. Tiveram êxito nessa extraordinária mudança histórica e se desenvolveram porque suas elites além de liberais foram nacionalistas e puderam, assim, construir seu Estado-nação. Em seguida, no século XIX – agora muito mais fortes porque industrializados ou capitalistas – construíram seus impérios – um tipo de unidade político-territorial muito diferente dos impérios antigos.

O sistema imperial industrial ou moderno terminou formalmente após a Segunda Guerra Mundial, mas continuou presente na realidade dos povos da periferia do capitalismo. O mundo atual está coberto de Estados-nação, que são as unidades político-territoriais específicas do capitalismo. Em muitos deles, nos mais pobres, a nação é uma ficção, é um ser sem alma, porque suas elites são alienadas ou

dependentes, e procuram se associar antes às elites dos países ricos do que a seu povo. Mas alguns países retardatários lograram, afinal, realizar revoluções nacionalistas e se industrializaram. Foi o caso da Turquia, do México, do Brasil, da Coreia do Sul, da China, da Índia, entre outros. Nesses países, antes de ser liberal e democrático, o Estado foi desenvolvimentista – foi um Estado que além de nacionalista porque diretamente envolvido na revolução industrial e capitalista da nação, foi um Estado que passou a promover o desenvolvimento econômico de uma maneira deliberada ou mais planejada do que o fizeram os países que se desenvolveram originariamente para, assim, poderem realizar o alcance: realizarem em um período mais curto uma revolução capitalista que durou séculos nos países de desenvolvimento original

### **Do Império eo Estado-Nação**

Só compreenderemos o Estado-nação e o nacionalismo se, acompanhando o raciocínio de Ernest Gellner (1993), o opusermos ao império clássico ou pré-industrial. O império é a unidade político-territorial que caracterizou as sociedades antigas mais desenvolvidas, aquelas que Gellner chama de “sociedades agrárias letradas”, enquanto que o Estado-nação é a unidade político-territorial própria do capitalismo. O fato de que hoje, no quadro do capitalismo global, toda a superfície da terra seja coberta por Estados-nação não é acidental. O Estado-nação é a maneira de organizar politicamente o território que melhor realiza a lógica do capitalismo: a acumulação de capital como busca do lucro e como instrumento do desenvolvimento econômico.

Para Gellner, o império clássico é essencialmente diferente do Estado-nação. Enquanto no tempo dos impérios, o problema fundamental é o de acumular poder, no tempo dos Estados-nação é acumular riqueza. A lógica da dominação imperial supõe a existência de uma cultura superior no centro do império e de uma elite imperial que a monopoliza. Mas, ao contrário do que acontecerá com os Estados-nação, os impérios não têm qualquer interesse em transferir sua cultura superior para as colônias. Para ele está bem que a colônia conserve sua língua, suas tradições, sua religião. O que lhe interessa é apenas a subordinação e a coleta de impostos. Como para que esses dois objetivos se realizem é preciso que a dominação tenha legitimidade, o império se associa a parte da elite local, que já havia construído sua legitimidade, e com ela partilha a apropriação do excedente econômico.

O quadro é diferente no caso do Estado-nação. Agora a lógica da acumulação de capital e do desenvolvimento exige a integração de toda a sociedade na mesma cultura. Antes disso, a burguesia se associa ao monarca para construir o Estado-nação, porque precisa de um mercado interno amplo e seguro para viabilizar a revolução industrial. As burguesias mercantis partiam de cidades-Estado e faziam o comércio de longa distância cujo objeto eram especiarias – eram mercadorias caras e poucas. A industrialização vai exigir um mercado amplo para mercadorias industriais baratas e muitas – um mercado interno que só o Estado-nação pode assegurar.

Assim, quando o Estado-nação se forma, sua lógica é a do capitalismo – é a da acumulação de capital e do desenvolvimento econômico. É o aumento da produtividade. São coisas que absolutamente não existiam nas sociedades antigas, mas que agora se tornam conformadoras das instituições e das ideologias. Agora não há impérios em permanente guerra uns com os outros. A guerra ainda subsistiu por três séculos, entre os Tratados de Vestefália (1648) e a Segunda Guerra Mundial, porque nesse período estavam sendo definidas fronteiras que deviam ser claras e razoavelmente indisputadas para o Estado-nação. Mas, desde o início a lógica dos Estados-nação não era mais a da guerra, mas a do desenvolvimento econômico e da competição econômica entre eles. Para isso, agora, a racionalização da produção e o aumento da produtividade. Por isso, todos passaram a desenvolver grandes sistemas de educação pública – o que era impensável na lógica dos impérios. Por isso, a cultura superior passou ser partilhada com o povo. Por isso, quando os Estados-nações mais ricos passaram a ser o destino de um número crescente de imigrantes dos países pobres, exigiu-se deles a integração na cultura do país. Surgiu um espaço para o multiculturalismo, mas este é limitado porque a lógica da competição e do desenvolvimento econômico exige a integração nacional, exige o compartilhamento de uma mesma ideia de nação, exige o nacionalismo compartilhado pelos cidadãos.

Colocado o conceito de Estado-nação nesta perspectiva histórica, fica clara sua vinculação com o capitalismo, com o nacionalismo e com o desenvolvimento econômico. Na medida em que o desenvolvimento é um processo histórico que surgiu com a revolução capitalista e a formação dos Estados nacionais, a nação enquanto sociedade política, e o nacionalismo enquanto sua ideologia desempenham um papel estratégico nesse desenvolvimento econômico. Conforme percebeu Adam Smith, o desenvolvimento é um processo de aumento da riqueza das *nações*. Assim, ele pressupunha que o ator principal nesse processo de desenvolvimento econômico ou de aumento da riqueza nacional é a nação. O desenvolvimento econômico decorre, sem dúvida, do esforço e da capacidade de concorrência dos indivíduos e das empresas operando no mercado, mas depende também da capacidade da nação utilizar seu instrumento de ação coletiva por excelência – o Estado – para criar as condições necessárias para que as empresas invistam incorporando progresso técnico. O nacionalismo foi necessário para que os países hoje ricos construíssem seu Estado-nação e se desenvolvessem, e hoje, na era da globalização. Hoje, só conseguimos compreender como enfrentam uma competição econômica mundial e ocupar o mercado interno dos países em desenvolvimento com suas empresas multinacionais apoiadas por seus respectivos Estados se considerarmos que agem de forma nacionalista. Mas esse nacionalismo é cuidadosamente escondido. O discurso neoliberal que patrocinaram era globalista, para se opor às revoluções nacionalistas que, nos países em desenvolvimento, põem em cheque sua dominação imperial. Os países ricos podem fazer isso, porque, como nesses países a palavra nacionalismo não distingue uns cidadãos de outros (todos são nacionalistas no plano econômico, todos acreditam que é dever de seu governo defender os interesses do trabalho, do conhecimento e do capital nacionais), esta palavra podia ser objeto de um *discurso duplo*: pode ser usada pejorativamente ao ser identificada com o nacionalismo étnico e com o protecionismo econômico. E serve para desqualificar e neutralizar o nacionalismo econômico dos países em desenvolvimento.

Entretanto, desde os anos 1970, desde o momento em que a globalização econômica e social avançou e, ao mesmo tempo, a ideologia neoliberal se tornou hegemônica no mundo, a ideia de nação passou a ser minada não apenas nos países em desenvolvimento, mas também nos países ricos. Isto ocorreu especialmente em relação às elites rentistas e financeiras que foram dominantes nos 30 Anos Neoliberais do Capitalismo (1979-2008). O fato histórico *novo* que deu origem à *desnacionalização* das elites rentistas dos países ricos foi a expansão para os mercados estrangeiros de suas empresas multinacionais. Essa expansão não interessa aos trabalhadores e às classes médias dos países ricos, porque ela muitas vezes implicava deslocalização de fábricas e perda de emprego. E, mesmo que a deslocalização não acontecesse, o investimento no exterior implicava que os mercados externos deixavam de ser supridos por trabalhadores nacionais. Interessava, entretanto, e continua a interessar aos capitalistas rentistas e ao capital financeiro que os serve, porque em um grande número de casos, a parcela dos lucros das empresas multinacionais que é realizada no seu país sede é inferior a 40%. A clássica solidariedade nacional entre trabalhadores e capitalistas que caracterizou os momentos de maior prosperidade dos países modernos foi assim abalada. Sobrava para os trabalhadores a luta de classes, mas, em um quadro político em que o socialismo deixou de ser alternativa prática, e no qual os trabalhadores estão enfraquecidos pela concorrência externa dos países em desenvolvimento bem sucedidos, eles acabam por aceitar redução de salários para não perder emprego. Foi o que aconteceu, por exemplo, na Alemanha, desde o início dos anos 2000. E foi essa decisão corporativista dos alemães que deu origem à grave crise financeira da Zona do Euro do início dos anos 2010.

### **Nação, nacionalismo e pensamento**

Antes da nação se formar, há um povo que vive em um território e tem um número suficiente de traços comuns e de interesses compartilhados para que se constitua em nação, domine um território e construa um Estado, formando, assim, o Estado-nação. Para que um povo se transforme em nação não é necessário que seja homogêneo do ponto de vista étnico, como mostra a nação brasileira, nem que tenha a mesma língua, como mostra a nação suíça, mas é necessário que tenha ou construa uma história comum, um destino comum, e tenha um território e um Estado ou tenha perspectivas de vir a tê-los. A nação é a sociedade politicamente organizada voltada para a autonomia nacional e o desenvolvimento; é a sociedade que partilha uma história, valores, e objetivos comuns, e que conta (ou luta por contar) com um Estado e um território para, assim, formar um Estado-nação.

A nação é essencialmente um fenômeno político moderno, que começa a surgir no quadro do capitalismo mercantilista e da formação dos primeiros Estado-nação modernos. A nação, como a sociedade civil, é o aspecto vivo, dinâmico e político da sociedade. Enquanto a nação está voltada para a autonomia nacional, a segurança e o desenvolvimento econômico, a sociedade civil está voltada principalmente para a liberdade, a justiça social e a proteção da natureza.

O nacionalismo é a ideologia da nação, é o conjunto de valores e crenças políticas que preside a formação do Estado-nação; é a ideologia que afirma que um povo que compartilha história e interesses, sem prejuízo dos conflitos internos, da luta

de classes, ter um destino comum; é a ideologia que une um povo na sua relação com os vizinhos e com os impérios. O nacionalismo e a construção da nação foram, geralmente, o resultado da ação política de elites intelectuais e burguesas que lograram definir uma aliança com seus respectivo povo suficientemente forte para que juntos lograssem defender e ampliar o território nacional e se industrializar. A partir da contribuição de Ernest Gellner (1983), sabemos que em um primeiro momento não é a nação que define o nacionalismo, mas é o nacionalismo de uma elite política que forma a nação. Em outras palavras, a nação não é um dado “natural”, mas uma *construção social*, é um artefato que uma sociedade usa para afirmar seus interesses e seus valores. Quando Renan falou em plebiscito diário, ele estava assinalando que a nação é uma construção sempre inacabada, sempre ameaçada de ser interrompida.

Norberto Elias (1968) viu com clareza que o desenvolvimento ou o “processo civilizatório” combina de forma dialética dois processos contraditórios: a diferenciação e a integração. A diferenciação é fruto da divisão do trabalho. Já a integração é alcançada através da formação do Estado-nação. Uma elite aristocrática ligada ao monarca se associa a uma elite burguesa em torno de duas ideologias igualmente contraditórias – o nacionalismo e o liberalismo – e, a partir desse pacto – principalmente a burguesia ascendente busca fazer um acordo nacional com o povo. Para Elias (1968: 210) o desenvolvimento implica “a marcha da integração ao longo de vários séculos complementado por um processo de diferenciação crescente”.

Sabemos, desde Ernest Renan (1882), que o nacionalismo é um fenômeno da modernidade e que é “um plebiscito repetido todos os dias”. O nacionalismo pode ser econômico – orientado para a afirmação do interesse econômico nacional em uma economia global na qual cada Estado-nação faz o mesmo – ou pode ser étnico, e, em consequência, racista e belicista. No primeiro caso – que é o que nos interessa aqui – o nacionalismo se define pela convicção que o papel de cada governo é defender os interesses do trabalho, do conhecimento e do capital nacionais, e pela exigência que essa defesa seja feita de acordo com critérios nacionais, ao invés da subordinação a países mais ricos e poderosos, e, por isso, supostamente mais competentes.

O nacionalismo não é a mesma coisa que identidade cultural ainda que ambos tenham muito em comum. Um país pode ter forte identidade cultural, mas se subordinar no plano econômico e político. O Brasil, como o México, são países com forte identidade cultural. Mas o Brasil teve mais sorte do que o México porque está mais longe da potência imperial do século XX – os Estados Unidos. O México, com sua origem nas grandes civilizações asteca e maia possuem provavelmente uma identidade cultural mais forte do que o Brasil, mas a partir do momento em que passou a fazer parte da NAFTA, no quadro da onda neoliberal e globalista dos anos 1990, sua ideia de nação ou seu nacionalismo perderam força, e o país se tornou dependente dos seus dois vizinhos mais ricos do Norte. Mas também os brasileiros enfrentaram problemas nesse período. Eles se orgulham de sua identidade cultural, que talvez seja forte do que a de países desenvolvidos. A identidade cultural do Canadá, por exemplo, me parece mais esgarçada, mas, em compensação, seu povo tem uma clara consciência da sua nação, tem uma forte

identidade nacional, já que ninguém tem dúvidas que é dever do seu governo defender o trabalho, o capital, e o conhecimento nacionais.

O nacionalismo está presente em todo Estado-nação, mas hoje é mais aparente nos países retardatários que precisam ainda realizar sua revolução nacional e capitalista. Álvaro Vieira Pinto (1960b: 387, 394), o principal filósofo do ISEB, opôs a “consciência ingênua” à “consciência crítica”, relacionou esta última com o nacionalismo, e viu este último como uma condição do pensamento. Para ele “o nacionalismo revela-se como o único recurso para superar e suprimir a alienação do país subdesenvolvido”. E acrescenta: “A capacidade de pensar por si a verdade a seu próprio respeito e a respeito da existência circundante decorre da plena coincidência do ser e da essência, condição que define o estado não alienado”. Embora pertencendo a uma tradição filosófica diversa, Paulo Arantes (2004: 80) caminha na mesma direção quando afirma que “o nacionalismo é fundamentalmente a consequência da tensão gerada pelo desenvolvimento desigual numa economia mundial unificada.” Para compreender o nacionalismo existente no Brasil e na América Latina e suas fraquezas, Arantes faz uma ampla resenha do conceito de Benedict Anderson (1991) de nação como “comunidade imaginada” que não nasce apenas de interesses comuns; nasce também da convivência de elites “criollas” marginalizadas pela metrópole, da leitura dos jornais por essa elite que as permite se ver ou se identificar como sociedade nacional, e da leitura dos romances onde essa sociedade é retratada como um todo.<sup>2</sup>

Depois de fazer esta análise, Arantes se reporta à distinção de Hannah Arendt de pensamento e conhecimento. Enquanto o conhecimento está apenas comprometido com a “verdade”, o pensamento, reporta-se permanentemente à opinião dos outros, e, nesse movimento, ao levar essa opinião em consideração na formação de seu próprio julgamento, ele logra restabelecer a unidade entre a verdade, a moral, e gosto que a modernidade perdeu. A partir daí, Arantes tira uma conclusão instigante e provocativa. Referindo-se ao Brasil, e à nação brasileira como comunidade imaginada, diz-nos ele, “foi precisamente tal imaginação nacional que nos permitiu começar a pensar – e quando ela se apagar, é possível que a *extinção do pensamento* a siga de perto” (p.83). O grifo é meu. Para pensarmos, temos que *nos* pensar, precisamos usar nossa imaginação e considerar a complexidade e diversidade de nossa sociedade, precisamos descobrir nela a unidade, a sociedade nacional. Compreendemos, então – continua Arantes – “a afinidade sugerida entre comunidade imaginada nacional e a forma mesma de pensamento... Quem sabe não é essa comunidade de ‘outros’ imaginados na formação de uma ‘nação’ (que já sabemos não ter uma realidade substantiva) que simplesmente torna possível essa autorregulação silenciosa na cabeça de cada um que chamamos pensamento” (p.100-102).

Para muitos autores inclusive Ernest Gellner, nação e nacionalismo possuem um caráter étnico. Isto foi verdade em relação à maioria das nações que formaram seus Estados na Europa Central de onde Gellner se originou, mas não foi verdade mesmo em países europeus como a França e a Espanha, e definitivamente não é verdade em países como os Estados Unidos e o Brasil. Alguns analistas distinguem o nacionalismo “cívico” do nacionalismo étnico, aceitando o primeiro e negando o segundo. Eu prefiro distinguir o nacionalismo étnico do nacionalismo econômico. O

critério étnico não é necessário para o nacionalismo – e sabemos quão injustos e desumanos podem ser os nacionalismos étnicos – mas o nacionalismo é sempre econômico: está sempre voltado para a acumulação de capital e o aumento da riqueza das nações.

### **Estado Desenvolvimentista**

Quando falamos em Estado Desenvolvimentista estamos pensando em países em desenvolvimento. Ou, mais precisamente, estamos nos referindo ao Estado nos países de desenvolvimento retardatário, a começar pelo Japão. No momento em que realizam sua revolução capitalista e iniciaram o processo de catching up ou alcançamento, o nacionalismo econômico assumiu a forma do desenvolvimentismo, e ao invés de termos, no período de revolução capitalista e sua consolidação, um Estado absoluto e um Estado liberal, tivemos em cada um dos países que teve êxito em se industrializar e desenvolver o Estado desenvolvimentista. E essa perspectiva é natural, já que o conceito de desenvolvimentismo surgiu apenas no século XX para identificar os países retardatários.

Entretanto, se pensarmos mais detidamente, verificaremos que também os países de desenvolvimento original também tiveram seu Estado desenvolvimentista: o Estado mercantilista. O Estado mercantilista ou absoluto é um Estado capitalista que celebra e legitima o surgimento das economias de mercado, mas defende a intervenção do Estado nesse mercado para promover o desenvolvimento nacional. Além disso, está baseado em uma coalizão de classes formada pelo monarca, sua nobreza, e a grande burguesia nascente. Sua estratégia maior de desenvolvimento é a de aumentar o mercado interno, através da definição das fronteiras de um Estado-nação o maior possível. Para isto, não hesita em realizar guerras e mais guerras com seus vizinhos. E, não obstante esteja constituindo uma economia capitalista, não hesita em intervir na economia e organizar monopólios nos quais essa associação entre o monarca absoluto e a burguesia se expressa.

Na história do pensamento econômico o mercantilismo é visto como uma escola de pensamento contra a qual a escola clássica e liberal fundada por Adam Smith lançou um violento e bem sucedido ataque. Assim, não obstante os grandes economistas mercantilistas terem fundado a ciência econômica, e não obstante tenha sido no quadro do Estado mercantilista – e não no quadro do Estado liberal – que a revolução nacional e industrial foi realizada, os economistas liberais do passado e os neoliberais de hoje lograram tornar pejorativa a palavra mercantilismo. O mesmo que fariam, mais tarde, com o desenvolvimentismo.

O Estado desenvolvimentista é a alternativa ao Estado liberal. A ideia de que o desenvolvimento na Inglaterra e depois nos Estados Unidos ocorreu no quadro de uma economia liberal de mercado está longe de ser verdadeira. A Revolução Industrial – o momento dramático e decisivo do desenvolvimento de um país – ocorreu no quadro do Estado mercantilista. A Inglaterra praticou tarifas elevadas até 1834. Só a partir de então pode-se falar em um Estado liberal nesse país. Os Estados Unidos tiveram tarifas alfandegárias altíssimas até 1939. Países centrais que se desenvolveram com atraso como a Alemanha (mas não podem ser

considerados retardatários porque não tiveram que enfrentar o imperialismo industrial) tiveram no momento decisivo de sua industrialização um Estado desenvolvimentista que, nesse país, recebeu o nome de bismarquiano. Mas na periferia do capitalismo o caráter desenvolvimentista do Estado é ainda mais claro.

Creio que há duas explicações para esse fato.. Em primeiro lugar, o quadro no qual os países retardatários devem fazer sua revolução nacional e industrial é muito diferente daquele que enfrentaram os países hoje ricos. Para esses países bastou uma revolução nacional enquanto que para os retardatários foi necessária uma revolução nacionalista. O modelo de Estado desenvolvimentista foi estabelecido pelo Japão, quando, depois de haver sido vítima da dominação imperial em 1853 e ter sido então obrigado a abrir seu país ao comércio internacional, realizou a primeira revolução *nacionalista* da história, a Restauração Meiji, de 1868, e, assim, iniciou sua revolução industrial e capitalista. Enquanto os países que realizaram sua revolução capitalista originariamente, como a Inglaterra, a França, os Estados Unidos e ainda a Alemanha, realizaram apenas uma “revolução nacional” – ou seja, a formação de um Estado-nação –, os países retardatários tiveram que enfrentar o imperialismo industrial desses países. Como assinalou Barbosa Lima Sobrinho (1981), seu nacionalismo econômico precisou conter um elemento “anti”: anti-imperialista, porque esses países, para poderem afirmar seus interesses, tiveram que enfrentar o Império, suas pressões e suas recomendações liberais – algo que os países que se desenvolveram originalmente não precisaram enfrentar.

Para isso – para definirem seus interesses – precisaram dar ao desenvolvimento econômico um caráter deliberado, o que envolveu a formulação consensual de uma estratégia nacional de desenvolvimento. Uma estratégia na qual a nação se tornou o grande agente do desenvolvimento econômico, o Estado, o instrumento para esse objetivo, e os empresários industriais, associados politicamente à tecnoburocracia pública e aos trabalhadores, os responsáveis pelo investimento. E, assim, se definia o Estado desenvolvimentista: um Estado voltado para o desenvolvimento econômico; um Estado cuja nação compartilha uma estratégia nacional de desenvolvimento – um conjunto de objetivos, de leis, de políticas, de acordos e de entendimentos voltados para criar oportunidades de investimento lucrativo e a melhoria dos padrões de vida; um Estado que vê o mercado como uma excelente instituição para coordenar a ação de setores competitivos, mas perigoso senão prejudicial quando busca coordenar setores econômicos monopolistas; um Estado que rejeita o *laissez-faire* liberal em relação à regulação dos mercados e aos investimentos na infraestrutura e nas indústrias de base, e defende o planejamento nessas áreas; um Estado que é inicialmente responsável por uma parte considerável dos investimentos, ficando o restante para o setor privado.

Mas há uma segunda razão pela qual o Estado que dos países retardatários é um precisa ser um Estado desenvolvimentista: espera-se que ele promova uma taxa de crescimento muito superior àquela que prevaleceu no século XIX, quando os países hoje desenvolvidos se industrializaram. Nessa época, no quadro do Estado liberal, a taxa de crescimento do PIB por habitante esteve em torno de 1% ao ano. Não mais. No século XX, nos países ricos, essa taxa dobrou, de forma que para os países em desenvolvimento realizarem o alcanceamento precisam a ter um crescimento per capita de 3 a 4%. Ora, para terem êxito em alcançar taxas de crescimento desse

nível, não podem ficar sujeitos às crises financeiras recorrentes que a que estão sujeitos os países em desenvolvimento.

**A necessidade da condução não apenas de uma política industrial mas também de uma política macroeconômica desenvolvimentista é especialmente verdadeira porque conforme afirma a macroeconomia estruturalista do desenvolvimento – o sistema teórico que vem sendo desenvolvido desde o início dos anos 2000 para explicar o novo desenvolvimentismo – existe uma tendência à sobreapreciação cíclica da taxa de câmbio, de forma que neles a taxa de câmbio real se torna cronicamente sobrevalorizada. Se isto é verdade, se esses países não têm sua taxa de câmbio apenas altamente volátil – mais do que isto, se sua sobreapreciação cíclica e crônica leva o país de crise em crise de balanço de pagamentos, é essencial que o governo neutralize essa tendência, intervindo firmemente no mercado com uma política macroeconômica e industrial adequada.<sup>3</sup>. Quem faz isto é o Estado desenvolvimentista, não o Estado liberal. Antigo e novo desenvolvimentismo**

Enquanto no plano econômico o fundamento teórico do Estado liberal encontra-se na teoria econômica clássica e, depois, na teoria neoclássica, o fundamento do Estado desenvolvimentista deve ser buscado na Escola Histórica Alemã (de Max Weber), na macroeconomia de Keynes e Kalecki, na Escola Estruturalista do Desenvolvimento Econômico. O desenvolvimentismo nasceu na América Latina nos anos 1930 e na Ásia, nos anos 1950. Entrou em crise nos anos 1980. Nos anos 2000, depois da hegemonia ideológica neoclássica e neoliberal dos anos 1990, e renasceu com o nome de “novo desenvolvimentismo”. Trata-se de um desenvolvimentismo *novo*, porque referido a um momento histórico cinquenta anos mais tarde – um momento histórico que é novo no plano internacional (a globalização) e é novo no plano de cada país, já que muitos dos países que então iniciavam sua revolução industrial, nacional e capitalista são hoje países desenvolvidos (Coreia do Sul, por exemplo), ou são países de renda média (Brasil e China, por exemplo). E mesmo aqueles que são ainda países retardatários pré-industriais, não havendo ainda logrado realizar sua revolução nacional e industrial, conhecem teorias, como a da doença holandesa e a da crítica do política de crescimento com endividamento externo, e experiências, como as experiências bem sucedidas dos países asiáticos dinâmicos que abrem novas perspectivas para eles.

Quando opomos novo desenvolvimentismo a velho desenvolvimentismo devemos pensá-los não apenas como ideologias, mas também como estratégias nacionais de desenvolvimento. Enquanto o desenvolvimentismo dos anos 1950 buscava realizar uma revolução nacional e industrial, o desafio do novo desenvolvimentismo é conservar a autonomia nacional e promover o crescimento com mais rapidez do que os países ricos a partir de uma base industrial já conquistada; enquanto o nacional-desenvolvimentismo pressupunha a indústria infante e a protegia com tarifas elevadas, o novo desenvolvimentismo considera a indústria madura e pronta para competir internacionalmente; enquanto o velho desenvolvimentismo era substituidor de importações, o novo defende uma estratégia equilibrada de

crescimento do PIB e das exportações, e enfatiza que as exportações devem ser preferencialmente de bens manufaturados; enquanto o antigo desenvolvimentismo reconhecia a falta de capacidade do setor privado de realizar os grandes investimentos na infraestrutura e na indústria de base e encarregava o Estado de fazê-los; o novo desenvolvimentismo abre mais espaço para o setor privado, embora continue a investir nos setores que são monopólios naturais; enquanto o velho desenvolvimentismo foi em certos momentos vítima de um keynesianismo vulgar ou de um populismo fiscal, especialmente nos anos 1980, o novo desenvolvimentismo afirma e defende a responsabilidade fiscal.

O novo desenvolvimentismo é um fenômeno que começa a se tornar historicamente identificável no início dos anos 2000, quando a hegemonia neoliberal e neoclássica era total e a ortodoxia liberal era o receituário de liberais que haviam se tornado reacionários radicais. Tanto um quanto o outro defendem a responsabilidade fiscal, mas divergem no mais. Enquanto a ortodoxia convencional ignora a nação, o novo desenvolvimentismo vê a nação como o agente do desenvolvimento; enquanto a ortodoxia convencional defende o crescimento com poupança externa ou seja, com déficit em conta corrente e endividamento externo, o novo desenvolvimentismo afirma que o capital se faz em casa, rejeita os déficits em conta corrente, e, portanto, é responsável do ponto de vista cambial; enquanto a ortodoxia convencional desconsidera as flutuações cambiais, o novo desenvolvimentismo vê na taxa de câmbio uma tendência à sobreapreciação devido à doença holandesa e a entradas excessivas de capitais, e recomenda a administração da taxa de câmbio, a ortodoxia convencional considera que o mercado regula a taxa de câmbio de forma satisfatória; enquanto que a ortodoxia convencional entende que o banco central deve ter um único objetivo, controlar a inflação, e usar um único instrumento, a taxa de juros, o novo desenvolvimentismo entende que o banco central deve também buscar uma taxa de câmbio competitiva e o pleno emprego.<sup>4</sup>

A coalizão de classes por trás da estratégia novo desenvolvimentista continua a estar baseada em uma coalizão de classes formada por empresários industriais (e agora também pelos empresários dos serviços modernos e criativos), pela tecnoburocracia pública, por parte da tecnoburocracia privada, e pelos trabalhadores, enquanto que a coalizão dependente é formada não mais por capitalistas mercantis, mas por capitalistas rentistas interessados em juros elevados e baixa inflação, pelos financistas locais que recebem comissões dos primeiros para administrar sua riqueza, e pelos interesses estrangeiros em ocupar o mercado interno nacional com suas exportações ou a produção de suas empresas multinacionais. A preocupação da coalizão desenvolvimentista é produzir e distribuir riqueza, a da coalizão rentista, capturar renda.

O conflito entre coalizões desenvolvimentistas e coalizões liberais não é exclusividade do Brasil ou da América Latina. Os melhores exemplos de coalizões desenvolvimentistas bem sucedidas são os países asiáticos dinâmicos. E mesmo nos Estados Unidos esse conflito esteve presente. O “fordismo” – o nome que a teoria da regulação francesa deu ao “modo de regulação” que foi dominante nesse país desde os anos 1930 até os anos 1970 era uma coalizão desenvolvimentista. A coalizão que presidiu os 30 Anos Neoliberais do Capitalismo terminados

sombriamente pela crise financeira global de 2008, como foram uma coalizão liberal aquela que terminou com o crash da bolsa de 1929.

O desenvolvimentismo como o nacionalismo implica uma associação básica mas sempre contraditória da elite é com seu povo, com o qual ela vive uma relação permanente de amor e ódio, de conflito e cooperação. Uma cooperação que nasce dos interesses comuns em torno da nação que a todos congrega, em torno do Estado que é seu instrumento por excelência de ação coletiva, em torno do mercado interno que é seu maior ativo econômico, em torno da moeda nacional que é sua garantia de autonomia nacional. Um conflito que reflete a luta legítima dos trabalhadores e das classes médias na partilha do excedente econômico gerado pelo desenvolvimento.

### **Estado desenvolvimentista e democracia**

Mas o Estado desenvolvimentista não seria autoritário, enquanto que o liberal, democrático? Para responder a esta questão é preciso distinguir tanto um quanto o outro tipo de Estado antes e depois da revolução nacional e industrial de cada país, mas nos dois casos a resposta é negativa.

Antes da revolução capitalista, antes, portanto, do tempo em que a apropriação do excedente econômico passa a ser realizada através do mercado ao invés de através do controle direto do Estado, tanto a coalizão liberal, quanto a desenvolvimentista serão autoritárias. A coalizão liberal não é apenas autoritária porque o liberalismo clássico é autoritário, recusando o sufrágio universal com o argumento do risco da ditadura da maioria. Ela é autoritária porque está baseada em uma coalizão oligárquica de senhores de terra associados aos interesses estrangeiros. Tem sempre a seu serviço um conjunto de intelectuais liberais, formado principalmente de advogados, que reafirmam os princípios liberais do Estado de direito, mas não há sufrágio universal e ou as eleições são fraudadas. No Brasil, são clássicas as críticas a respeito de Guerreiro Ramos (1954) e de Wanderley Guilherme dos Santos (1978). Os dois partidos em que geralmente se divide a oligarquia, geralmente chamados ou identificados como “liberal” e de “conservador” são, na verdade, partidos oligárquicos e autoritários. Quando uma revolução desenvolvimentista ou nacionalista interrompe a dominação oligárquica, o novo regime continua autoritário. Mas a coalizão política é outra, e o projeto é o da revolução capitalista ou do desenvolvimento econômico. Foi, por exemplo, o que aconteceu, no México depois da grande revolução dos anos 1910, e o que aconteceu no Brasil a partir da revolução de 1930; foi o que aconteceu na Turquia de Kemal Atatürk e no Egito de Gamal Abdel Nasser. Mas não há garantia que a revolução seja bem sucedida, como vimos no Egito e em outros países. No caso do liberalismo oligárquico e dependente não haverá certamente revolução nacional e industrial, no caso de revoluções nacionalistas ou desenvolvimentistas, talvez.

O quadro muda a partir da industrialização. Agora, quando existe um regime democrático, a democracia não é frágil, geralmente fruto de pressão dos países ricos ou dos países vizinhos mais poderosos, mas será uma democracia razoavelmente consolidada, será o resultado de uma estrutura econômica na qual o excedente é apropriado através do mercado e da existência de uma grande classe

trabalhadora e de uma respeitável camada média tanto burguesa quanto tecnoburocrática. Nesse caso, tanto desenvolvimentistas quanto liberais serão democráticos, mas continuarão distintos, porque as elites liberais continuarão a se identificar com as elites dos países ricos, enquanto que as elites desenvolvimentistas insistirão na autonomia nacional e em dar um papel estratégico para o Estado no desenvolvimento econômico, social e ambiental.

Conforme Bresser-Pereira (2011) procurou demonstrar teórica e historicamente, nenhum país realizou sua revolução nacional e industrial no quadro da democracia – em um regime político onde se garantem de forma razoável os direitos civis e o sufrágio universal. Não é surpreendente, portanto, que o Estado desenvolvimentista seja originariamente autoritário. Mas na medida em que o país completa sua revolução capitalista, ele tende a se democratizar e a nova democracia se consolidar. Foi o que ocorreu nos países hoje de renda média como o Brasil, a Índia, a Indonésia, a Turquia e a África do Sul desde os anos 1980. Mas o desenvolvimentismo enquanto estratégia nacional de desenvolvimento continuou essencial para eles. Mas que necessitava ser um novo desenvolvimentismo, porque suas condições econômicas e sociais haviam mudado, e também senão principalmente porque esse desenvolvimentismo devia ser democrático. Por isso, o desenvolvimentismo, que aconteceu em todas as revoluções industriais, foi acompanhado de aumento da desigualdade econômica ao mesmo tempo que aumentavam os padrões de vida. Por isso o novo desenvolvimentismo além de democrático teve que ser social, não pode apenas contar com o aumento dos salários reais que acompanha com algum atraso o desenvolvimento econômico, e teve que se preocupar mais diretamente com a redução das desigualdades.

## **Conclusão**

Em síntese, o desenvolvimento econômico é parte de um fenômeno histórico maior que é o desenvolvimento sem adjetivos, ou do desenvolvimento sustentável no plano econômico, social e ambiental, ou do desenvolvimento humano. Grandes teóricos do desenvolvimento como Celso Furtado, Raul Prebisch e Ignacy Sachs sempre enfatizaram que o desenvolvimento implica mudanças estruturais em toda a sociedade, de forma que o desenvolvimento econômico é historicamente acompanhado por desenvolvimento político, por desenvolvimento social, e por desenvolvimento ambiental. A partir daí poderíamos concluir que o desenvolvimentismo é a ideologia e é a estratégia desse desenvolvimento econômico que, na medida em que avança, se quer também ser social e ambiental. Entretanto, conceituar o desenvolvimentismo como a ideologia e a estratégia nacional de desenvolvimento que dá prioridade ao desenvolvimento econômico sobre a estabilidade de preços está mais de acordo com o uso que foi feito dessa palavra por aqueles que o utilizaram inicialmente, em particular os intelectuais nacionalistas do ISEB dos anos 1950<sup>5</sup>

O desenvolvimentismo é sempre nacionalista, mas é apenas econômico, e, portanto, jamais é étnico. O desenvolvimentista que os países retardatários adotam para realizar o alcançamento nada tem a ver com o nacionalismo xenófobo que caracteriza os partidos de extrema direita e os extremistas envolvidos em limpeza étnica. É um nacionalismo que pressupõe um grau crescente de cooperação entre

as nações, mas que parte de um pressuposto fundamental: a lógica fundamental do capitalismo foi sempre a da competição não apenas entre as empresas, mas também entre os Estados-nação, e para enfrentar essa competição é necessário ser nacionalista – é necessário ser capaz de defender o trabalho, o conhecimento e o capital nacionais. No tempo do capitalismo global e tecnoburocrático, essa competição é ainda mais forte do que foi no capitalismo clássico do XIX. Os países ricos praticam com a maior naturalidade seu nacionalismo e não hesitam em agir de forma imperialista; não resta alternativa aos países em desenvolvimento senão se defender e promover seu desenvolvimento através de seu próprio nacionalismo desenvolvimentista.

Em segundo lugar, o desenvolvimentismo envolve sempre a formação de uma coalizão de classes nacional. Não há Estado desenvolvimentista se não houver um pacto político associando as principais frações de classe interessadas no desenvolvimento: os empresários, os trabalhadores e a tecnoburocracia pública. Porque neles há sempre uma coalizão de classes contrária ao desenvolvimento, dependente, liberal, que associa capitalistas rentistas, financistas e interesses estrangeiros. A coalizão liberal alternativa não existiria se não houvesse entre as elites dos países retardatários um elevado grau de dependência ou de colonialismo. Se uma parte considerável dessas elites não sofresse de complexo de inferioridade em relação ao Norte. Essa dependência é maior na América Latina do que nos países asiáticos dinâmicos. Na América Latina uma parte importante de suas elites (a) rejeita a existência de conflito de interesses com os países ricos, (b) acredita que “precisa” de seu capital esquecendo-se que o capital se faz em casa e que entradas de capital apreciam o câmbio e causam elevada substituição da poupança interna pela externa, (c) aceita e adota em suas universidades teorias econômicas liberais; (d) supõe que seus conselhos e pressões são boas porque são “mais competentes”.

Na verdade, as elites latino-americanas são nacional-dependentes. Vivem essa permanente contradição, e, em alguns momentos se tornam nacionalistas, em outros, aceitam a subordinação ao Norte – especialmente quando há medo do comunismo (anos 1960) ou quando a hegemonia ideológica neoliberal é total (anos 1990). Quando uma elite é colonial ou dependente, a probabilidade que o país se desenvolva é muito pequena. No Brasil, por exemplo, as elites econômicas e políticas alcançaram razoável autonomia entre os anos 1930 e os anos 1950 e durante os anos 1970, e por isso cresceram muito. Depois que perderam essa autonomia, com a crise da dívida externa dos anos 1980, e abrirem sua economia e principalmente sua conta financeira no início dos anos 1990, suas taxas de crescimento foram muito menores.

## Referências

- Anderson, Benedict (1991) *Imagined Communities*, segunda edição, Londres: Verso.
- Arantes, Paulo Eduardo (2004) *Zero à Esquerda*, São Paulo: Conrad Livros.
- Balakrishnan, Gopal e Benedict Anderson, orgs. (1996 [2000]) *Um Mapa da Questão Nacional*. Rio de Janeiro: Editora Contraponto.
- Barbosa Lima Sobrinho, Alexandre (1981) *Estudos Nacionalistas*, Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira.
- Bresser-Pereira, Luiz Carlos (2010) *Globalização e Competição*, Rio de Janeiro: Elsevier-Campus.
- Bresser-Pereira, Luiz Carlos (2011) “Transição, consolidação democrática e revolução capitalista”, *Dados Revista de Ciências Sociais*, 54 (2): 223-258.
- Bresser-Pereira, Luiz Carlos (2012) “Structuralist macroeconomics and new developmentalism”, *Revista de Economia Política* 32 (3) 2012: 347-366.
- Gellner, Ernest (1983) *Nations and Nationalism*. Ithaca: Cornell University Press. Gellner, Ernest (1993 [2000]) “O advento do nacionalismo e sua interpretação: Os mitos da nação e da classe”, in Gopal Balakrishnan e B. Anderson, orgs. (1996): 107-134.
- Guerreiro Ramos, Alberto (1955) “A ideologia da ‘jeunesse dorée’”. *Cadernos do Nosso Tempo*, n.º.4, abril-agosto 1955: 101-112.
- Jaguaribe, Hélio (1962) *Desenvolvimento Econômico e Desenvolvimento Político*, Rio de Janeiro: Fundo de Cultura.
- Johnson, Chalmers (1982) *MITI and the Japanese Miracle*, Stanford: Stanford University Press.
- Pinto, Álvaro Vieira (1960b) *Consciência e Realidade Nacional*, 2º. Volume, *A Consciência Crítica*. Rio de Janeiro: Instituto Superior de Estudos Brasileiros.
- Renan, Ernest (1882 [1993]) *Qu'est-ce qu'une Nation?* Paris: Pocket/Agora.
- Santos, Wanderley Guilherme dos (1978 [1998]) “A práxis liberal no Brasil”, in W. G. Santos *Décadas de Espanto e uma Apologia Democrática*, Rio de Janeiro: Rocco: 9-61. Originalmente publicada em W. G. Santos (1978) *Ordem Burguesa e Liberalismo Político*.
- Woo-Cumings, Meredith, org. (1999) *The Developmental State*. Ithaca: Cornell University Press.

---

<sup>1</sup> Para um conjunto de trabalhos sobre as ideias de Johnson ver Meredith Woo-Cumings, org. (1999).

<sup>2</sup> Hoje, no Brasil, deveríamos acrescentar que o nacionalismo também se alimenta da assistência às novelas de televisão brasileiras>

---

<sup>3</sup> Sobre a macroeconomia estruturalista do desenvolvimento ver Bresser-Pereira (2010, 2012).

<sup>4</sup> Nestas comparações que fazemos do novo desenvolvimentismo com o velho desenvolvimentismo e com a ortodoxia convencional ou Consenso de Washington faço uso de diversos conceitos que estão desenvolvidos principalmente em Bresser-Pereira (2010).

<sup>5</sup> O ISEB (Instituto Superior de Estudos Brasileiros) foi formado por um conjunto de intelectuais que, nos anos 1950, analisou o desenvolvimento do Brasil de um ponto de vista histórico e político amplo, a partir de uma perspectiva nacionalista e desenvolvimentista. O grupo contou com historiadores, economistas, sociólogos, cientistas políticos e filósofos. Enquanto nessa época, no Chile, surgiu a teoria estruturalista do desenvolvimento econômico latino-americana, no Brasil fundava o pensamento desenvolvimentista.